

Prezada(o) Candidata(o). A prova possui tempo de realização de 2h30 horas e consiste na elaboração de dissertações para três questões, sendo uma a obrigatória de área e duas de livre escolha, dentre o rol das optativas da Linha de Pesquisa indicada no Projeto. A questão obrigatória da área será pontuada em até 3 pontos e cada uma das questões optativas será pontuada em até 3,5 pontos, de modo a que, no máximo, a/o candidata(o) possa lograr 10,0 pontos. Não assine a prova, preencha com o seu número de inscrição e a Linha de Pesquisa escolhida. Não é permitido à/o Candidata(o) responder mais de 3 questões. Boa Sorte!

Questão Obrigatória da Área (3,0 Pontos)

A partir da obra “GAIO JÚNIOR, Antônio Pereira. *Processo Civil, Direitos Fundamentais e Desenvolvimento. Flexos e reflexos de uma relação*. 5 ed. Londrina: Thoth, 2026, p. 124”, se extrai a seguinte afirmativa: “*A credibilidade de um sistema normativo envolve relação direta para com as conquistas favorecedoras de um ambiente apto a impulsionar fatores que elevam a carga desenvolvimentista.*” Nestes termos, disserte, na visão do autor, quais os possíveis fatores que estimulam ou não investimentos tanto nacional quanto internacional tendo o ordenamento normativo como ponto basilar e de impacto direto.

Rol de Questões Optativas da Linha de Meio Ambiente

A) Discorra sobre os fundamentos constitucionais do Direito Ambiental, levando em consideração a proteção jurídica dos valores ambientais na Constituição Federal de 1988, principalmente, a partir da disposição do Art. 225: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

B) Disserte em termos dogmático-penais acerca do uso das causas de justificação previstas no Código Penal em favor de indivíduos que atuem tipicamente em prol da defesa de animais.

C) A principiologia ambiental como um conjunto de diretrizes fundamentais para o Direito Ambiental revela-se como a garantia do equilíbrio entre o ecológico, a qualidade de vida, o desenvolvimento econômico e a preservação e conservação dos recursos naturais. Nesse sentido, discorra sobre os seguintes princípios ambientais: 1) Princípio do Desenvolvimento Sustentável; 2) Princípio da Prevenção; 3) Princípio da Precaução; 4) Princípio do Poluidor Pagador ou Usuário Pagador; 5) Princípio da Participação Pública; 6) Princípio da Integração.

D) Dentre os princípios gerais da atividade econômica listados na Constituição Federal, consta o tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte (artigo 170, IX). Discorra sobre os instrumentos do direito empresarial previstos na ordenação jurídica brasileira para concretizar esse princípio, analisando-os sob a perspectiva do desenvolvimento nacional almejado pela Constituição Federal.

Rol de Questões Optativas da Linha de Desenvolvimento Social

A) Analise de que forma as categorias de raça e gênero se articulam na produção de desigualdades estruturais e na invisibilização das experiências das mulheres negras. Ao desenvolver a questão, discorra como as críticas formuladas ao feminismo universalizante e ao modelo tradicional do direito antidiscriminatório contribuem para a construção de uma perspectiva interseccional, avaliando os impactos dessas formulações para a efetivação da igualdade material e para a elaboração de políticas públicas.

B) No artigo *"Por uma concepção amefricana de direitos humanos"*, a autora Thula Pires realiza uma crítica à matriz eurocêntrica e colonial que fundamenta a declaração e a aplicação universal dos direitos humanos. Com base na categoria política e cultural de amefricanidade (proposta originalmente por Lélia Gonzalez), explique de que maneira é possível contestar o "universalismo abstrato" do direito e explicitar qual o papel das experiências de resistência.

C) O processualismo civil contemporâneo tem ampliado seu escopo para contemplar litígios estruturais e complexos, especialmente os conflitos coletivos que envolvem questões de gênero, étnico-raciais, meio ambiente, moradia, entre outras violações dos direitos fundamentais. A partir dos conceitos empregados nos artigos *Acesso à Justiça e Desastres: As assessorias técnicas independentes e a participação direta das pessoas atingidas em conflitos coletivos complexos e Movimentos sociais, sociedade civil e a democratização do processo judicial no Supremo Tribunal Federal*, discorra sobre a importância do processo como espaço para assegurar garantias constitucionais e os limites da atuação do Poder Judiciário em litígios complexos.

D) Dentro de um contexto que envolve a cada dia e em maior volume e rapidez, o diálogo entre o Processo Judicial e a Inteligência Artificial, quais os parâmetros que devem ser observados pelo Poder Judiciário, a partir de um modelo paragmático de Jurisdição, para fins de auferir a credibilidade ou não da adoção de IA nas atividades jurisdicionais. Responda sob a luz do que Antônio Pereira Gaio Júnior enfrenta em seus artigos *"JURISDIÇÃO CIVIL: REFLEXÕES SOBRE NOVOS PARADIGMAS PARA A SUA COMPREENSÃO"* e *"DIREITO, PROCESSO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL. DIÁLOGOS NECESSÁRIOS AO EXERCÍCIO DA JURISDIÇÃO"*, ambos que compõem a bibliografia do presente Certame.